BOLETIM INFORMATIVO

CAO.EDUCAÇÃO

03.2024

MPMT | Centro de Apoio Operacional de Educação
Ministério Público do Estado de Mato Grosso

APRESENTAÇÃO

O Centro de Apoio Operacional de Educação tem como papel essencial prestar apoio técnico às (aos) procuradoras (es) e promotoras (es) de Justiça, bem como às (aos) servidoras (es) do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio de análises técnicas, pesquisas, elaboração de peças e minutas de projetos, relacionadas à área educacional, proporcionando atuação eficiente e resolutiva.

SUMÁRIO

AÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO.....4
NOTÍCIAS DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS.....6
NOTÍCIAS DO MPF.....8
NOTÍCIAS DIVERSAS.....9

EQUIPE CAO-EDUCAÇÃO

Miguel Slhessarenko Júnior – Promotor de Justiça e Coordenador do CAO-Educação
Patrícia Eleutério Campos Dower – Promotora de Justiça e Coordenadora do CAO-Educação
Marcos André dos Santos Júnior – Auxiliar Ministerial
Ariane Cristine de Carvalho Brito – Residente

NOTÍCIAS DO MPMT

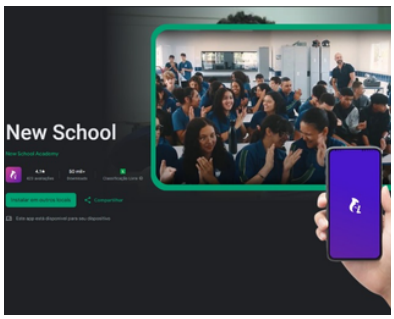
MP recomenda Semana Escolar de Combate à Violência Contra Mulher

Promotores de Justiça que atuam em Mato Grosso foram orientados a adotarem as providências necessárias para garantir, no mês de março, a realização da Semana Escolar de Combate à Violência Contra a Mulher em todas as instituições públicas e privadas de ensino da educação básica. A recomendação foi expedida pela Procuradoria de Justiça Especializada na Defesa da Cidadania, Consumidor, Direitos Humanos, Minorias, Segurança Alimentar e Estado Laico e Centros de Apoio da Educação e Violência Doméstica.

Ministério Público trata de demandas da Educação com AMM e Undime

O coordenador do Centro de Apoio Operacional (CAO) da Educação do Ministério Público de Mato Grosso, promotor de Justiça Miguel Slhessarenko Júnior, se reuniu com o presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM-MT), Leonardo Tadeu Bortolin, e com o presidente da União dos Dirigentes Municipais da Educação de Mato Grosso (Undime-MT), Silvio Fidelis, para tratar de demandas da Educação para 2024. A reunião ocorreu no dia 7 de fevereiro, na sede da AMM-MT.

Aplicativo possibilita autoconhecimento e segurança digital aos jovens



A organização não-governamental New School incluiu em seu aplicativo mais duas trilhas educacionais, uma sobre segurança digital e a outra sobre autoconhecimento por meio da comunicação não-violenta. O projeto, denominado “Protagonismo Juvenil”, foi desenvolvido com recursos na ordem de R$ 250 mil destinados pelo Banco de Projetos e Entidades do Ministério Público (Bapre). O aplicativo é gratuito (**baixe aqui**).

MP fomenta cumprimento de Plano Estadual do Livro, Leitura e Biblioteca

A 3ª Promotoria de Justiça de Sorriso, que responde também por Ipiranga do Norte, instaurou Procedimento Administrativo para fiscalizar e fomentar o cumprimento da Lei Estadual 11.820/2022, que instituiu o Plano Estadual do Livro, da Leitura, da Literatura e da Biblioteca de Mato Grosso. O promotor de Justiça Márcio Florestan Berestinas realizou reunião com representantes da área da educação do município de Sorriso para discutir quais providências deverão ser adotadas para cumprimento da norma estadual.

Primeira semana de apresentações contempla cerca de cinco mil alunos

Com uma média de 500 alunos por espetáculo, o Projeto Prevenção Começa na Escola encerrou no dia 23.03, no município de Nobres, a primeira etapa de apresentações. Esta semana, a peça Inocentes Pétalas Roubadas também foi exibida em Poconé, Santo Antônio de Leverger, Barão de Melgaço, Jaciara e Juscimeira. Veja aqui como foi a abertura da temporada no município de Poconé

NOTÍCIAS DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS

MPRS LANÇA CARTILHA SOBRE BULLYING E CYBERBULLYING

Assédio e provocações têm sido frequentes no ambiente escolar. Apesar de muitas vezes serem justificados como uma forma de brincadeira, o bullying e o cyberbullying marcam a vida de quem sofre, podendo causar baixa autoestima, depressão, isolamento, agressividade e fobias. Pensando em ajudar a criar um ambiente escolar seguro e inclusivo, o Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS) aproveita o retorno às aulas nesta segunda-feira, 19 de fevereiro, e lança uma cartilha para embasar a comunidade escolar sobre o que diz a lei sobre bullying e cyberbullying, crimes previstos no Código Penal. Clique aqui aqui para acessar a cartilha.

MPSC recomenda que Lajeado Grande reveja dispensa de comprovante de vacinação contra Covid-19 nas matrículas escolares

O Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) expediu recomendação às secretarias municipais de Saúde e de Educação e ao Conselho Tutelar de Lajeado Grande após verificar que houve dispensa de comprovação da vacinação contra Covid-19 na realização das matrículas e rematrículas na rede municipal de ensino. A recomendação foi expedida no dia 15/02, e os órgãos têm o prazo de 48 horas para responder se irão acatar o disposto no documento. Leia aqui a recomendação na íntegra.

MPRJ ajuíza ação para que o Município do Rio disponibilize vagas em creche para crianças acolhidas em Unidade de Reinserção Social

A 9ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da Capital ajuizou uma ação civil pública para que o Município do Rio de Janeiro disponibilize, imediatamente, vagas no Espaço de Desenvolvimento Infantil Jornalista Jorge Bastos Moreno, no bairro do Rocha, para quatro crianças acolhidas na Unidade de Reinserção Social (URS) Frida Kahlo, localizada no mesmo bairro. A ação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) busca garantir que as crianças tenham acesso ao sistema educacional, como determina a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Processo 0800075-72.2024.8.19.0256

Em recomendação, MPRO orienta que escolas particulares não se recusem a matricular alunos com qualquer tipo de deficiência, garantindo acessibilidade e inclusão

Em reunião realizada com instituições de ensino da rede privada de Porto Velho sobre a educação especial na perspectiva inclusiva, o Ministério Público de Rondônia (MPRO) entregou Recomendação para que as escolas da capital ofertem as atividades concebidas na lei para os alunos que são elegíveis na educação especial.

MPCE cobra que escolas públicas e privadas impeçam uso de aparelhos celulares em sala de aula

O Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE), por meio da 2ª Promotoria de Justiça de Fortaleza, com atuação na Defesa da Educação (antiga 12ª PmJFOR), recomendou, que a Secretaria da Educação do Estado do Ceará (Seduc), a Secretaria Municipal da Educação de Fortaleza (SME) e representantes de escolas particulares orientem os diretores das unidades de ensino para impedir o uso de aparelhos celulares e outros equipamentos semelhantes durante as aulas.

MPRS ingressa com ação civil pública para internação psiquiátrica de aluno que levou faca para escola

Em Goioerê, no Centro Ocidental do estado, o Ministério Público do Paraná, por meio da 2ª Promotoria de Justiça da comarca, ajuizou ação requerendo que o Judiciário impeça o fechamento do Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos (CEEBJA) Maria Antonieta Scarpari. A instituição oferta ensino fundamental e ensino médio, com especificidade e flexibilidade curricular. Os alunos são adolescentes, jovens, adultos e idosos que atrasaram seus estudos e buscam uma melhor formação escolar. O CEEBJA permite que os estudos sejam concluídos em prazo razoável. O processo (número 0004522-88.2023.8.16.0084) aguarda decisão do Juízo da Vara da Infância e Juventude de Goioerê.

NOTÍCIAS DO MINISTÉRIO PUBLICO FEDERAL

MPF instaura procedimento para acompanhar atuação do MEC no combate ao bullying contra comunidade LGBTQIA+

O Ministério Público Federal (MPF) instaurou procedimento administrativo, para acompanhar e fiscalizar a atuação do Ministério da Educação (MEC) no combate ao bullying contra a comunidade LGBTQIA+ nas escolas. Segundo o órgão, a medida se deve à morosidade da pasta em colocar em prática o Programa de Combate à Intimidação Sistemática com foco no público LGBTQIA+, na rede de ensino brasileira.

Atuação do MPF garante matrícula de professora indígena em curso oferecido pela Universidade Federal de Rondônia

A Universidade Federal de Rondônia (Unir) informou ao Ministério Público Federal (MPF) que efetivou a matrícula de uma professora indígena no curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural, conforme solicitado pelo órgão. A instituição de ensino havia negado a matrícula da candidata, sob a alegação de que a documentação apresentada por ela estaria em desacordo com o previsto em edital. Em recomendação enviada à universidade, o MPF argumentou que, ao negar a matrícula, a Unir desconsiderou aspectos relativos à diversidade étnica e cultural dos povos indígenas. Além disso, ponderou que a Administração pode e deve moderar o formalismo de seus atos, principalmente tendo em vista que, no caso concreto, a documentação apresentada pela candidata atendia à finalidade pretendida.

MPF e MPPA expedem recomendação conjunta para estruturação de escolas indígenas e valorização da língua materna

O Ministério Público Federal (MPF) e o Ministério Público do Pará (MPPA) expediram recomendação conjunta à Secretaria Municipal de Educação de Jacareacanga (PA), para a implementação de medidas relacionadas à estrutura e à grade curricular das escolas indígenas do município, incluindo o ensino da língua materna indígena. A recomendação é decorrente de procedimentos que tramitam nos MPs em relação a diversas demandas de construção, estruturação e reforma das escolas indígenas da região. **Íntegra da recomendação**.

OUTRAS NOTÍCIAS

MEC e Inep divulgam resultados do Censo Escolar 2023

O Ministério da Educação (MEC) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) divulgaram, em 22 de fevereiro de 2024, os resultados da primeira etapa do Censo Escolar 2023. O ministro da Educação, Camilo Santana; o presidente do Inep, Manuel Palacios; e o diretor de Estatísticas Educacionais da Autarquia, Carlos Eduardo Moreno, apresentaram os principais dados durante a coletiva de imprensa, na sede do MEC, em Brasília (DF).

MEC oficializa reajuste de 3,6% no piso salarial de professores; valor será de R$ 4.580,57

O Ministério da Educação (MEC) reajustou o piso salarial nacional de professores da educação básica. A portaria, que prevê um aumento de 3,62%, foi publicada em edição extra do “Diário Oficial da União”. O valor mínimo definido pelo governo para 2024 foi de R$ 4.580,57. Em 2023, vigorou um piso de R$ 4.420,55. Esse salário é válido para profissionais que lecionam na rede pública de ensino e cumprem jornada de ao menos 40 horas semanais.

Plataforma do MEC orienta escolas para enfrentamento à dengue

A Plataforma MEC de Recursos Educacionais Integrados, chamada de MEC RED, é o repositório das ações de combate à dengue do Programa Saúde na Escola (PSE), desenvolvido pelos Ministérios da Educação (MEC) e da Saúde (MS). As Trilhas de Ação fazem parte da mobilização nacional “Combate ao Mosquito nas Escolas: Brasil Unido contra a Dengue”, lançada pelo governo federal em todo o País no dia 21 de fevereiro, por meio do PSE.

Seduc-MT amplia parceria com prefeituras para oferecer aulas de inglês nas escolas municipais

A Secretaria de Estado de Educação (Seduc-MT) iniciou o ano letivo de 2024 com ampliação no programa Mais Inglês MT desenvolvido nas escolas municipais, em parceria com as prefeituras. De 40 subiu para 70 o número de cidades atendidas pelo programa. São beneficiados estudantes do 1º ao 5º ano do ensino fundamental. As novas cidades que passaram a integrar o programa Mais Inglês MT foram selecionadas com base nas menores rendas per capita do estado.

Justiça obriga Prefeitura em MT a pagar piso nacional a professores

A Primeira Câmara de Direito Público e Coletivo do Tribunal de Justiça (TJMT) manteve o pagamento de 13,3% aos professores da educação básica de Várzea Grande, na região metropolitana de Cuiabá, relativa a hora aula extraclasse. A Prefeitura do município vinha se recusando a repassar o valor, parte do piso nacional estabelecido pelo Governo Federal, alegando que os docentes não tinham o direito ao repasse relativo a hora aula utilizada para preparação, fora da sala de aula, do conteúdo que será ensinado aos estudantes.

Seduc torna obrigatório uso do uniforme escolar na rede estadual

A Secretaria de Estado de Educação (Seduc-MT) publicou, no dia 29.02, a portaria que estabelece a obrigatoriedade do uso de uniformes escolares por estudantes da rede estadual de ensino. A partir de agora, eles só poderão acessar as dependências da escola e participar de atividades curriculares e extracurriculares se estiverem devidamente uniformizados, com os itens entregues pelo Governo do Estado. Acesse aqui a portaria na íntegra.

Governo deve repassar R$ 19 bilhões do salário-educação em 2024

Este ano de 2024, a Receita Federal espera apurar mais de R$ 32 bilhões com a contribuição social feita por empresas vinculadas à Previdência Social. Desse total, pouco mais de R$ 19 bilhões serão distribuídos aos estados, Distrito Federal (DF) e aos municípios, na forma de salário-educação, para a suplementação das despesas públicas no setor. Os critérios e valores da distribuição da quota que cabe a cada ente federado, foram divulgados, no dia 14.02, pelo Ministério da Educação (MEC) em uma portaria publicada no Diário Oficial da União

Com 4,1 milhões de matrículas, Brasil avança na meta para creches

O Brasil tem boas chances de atingir metas previstas pelo Plano Nacional de Educação (PNE), no que se refere a matrículas de crianças na educação infantil. Esta é uma das constatações do Censo Escolar 2023, divulgado pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). No caso das creches, a meta proposta pelo PNE é que o total de matrículas chegue a 50% da população com idade até 3 anos, o que, de acordo com o MEC, seria “algo em torno de 5 milhões".

★1
PLC
ROAR